

## Os derrotados da Primeira República: apontamentos historiográficos e conceituais

*The defeated ones of the First Republic: historiographic and conceptual notes*

Igor Guedes Ramos<sup>1</sup>

**Resumo:** A Primeira República no Brasil foi uma época de conflito social, de ascensão e descenso de forças, uma época de possibilidades e de luta. Nesse contexto, surgiram movimentos sociais protagonizados por diferentes grupos socioculturais, entre esses destacamos os operários, os jacobinos e os monarquistas. O objeto deste texto é a produção historiográfica sobre esses movimentos, com a preocupação de apresentar um balanço bibliográfico e analisar as mudanças teórico-metodológicas ocorridas nessa historiografia, notadamente na década de 1980; daí produzindo um debate conceitual considerando, sobretudo as contribuições de Edward P. Thompson. Assim, propomos compreender as “leituras” produzidas pela historiografia dos movimentos sociais da Primeira República, percebendo a mobilidade destes na produção histórica: de coadjuvantes a atores principais; de derrotados a criadores de novos padrões de resistência e ação social. Demonstrando como os operários, jacobinos e monarquistas adquiriram, nas obras históricas, papéis variados em conformidade aos padrões explicativos utilizados por diferentes historiadores.

**Palavras-chave:** Historiografia Brasileira . Movimentos Sociais . Edward P. Thompson.

**Abstract:** The First Republic in Brazil was a time of social conflict, rise and decline of forces, a time of possibilities and struggle. In this context emerged social movements perpetrated by different groups, among these we highlight the workers, Jacobinos and monarchists. The object of this text is the historiographic production on these movements, with the concern of presenting a bibliographical review and to analyze the theoretical-methodological changes happened in this historiography, especially in the decade of 1980; then producing a conceptual debate considering Edward P. Thompson contributions above all. Like this, we intend to understand the "readings" produced by the historiography of the social movements of the First Republic, noticing the mobility of these in the historical production: from accomplices to main actors; from defeated to creators of new types of resistance and social action. Demonstrating how the workers, Jacobinos and monarchists acquire, in the historical studies, various functions in conformity to the explanatory standards used by different historians.

**Keywords:** Brazilian historiography . social movements . Edward P. Thompson

Durante o período da Primeira República surgiram movimentos sociais protagonizados por diferentes grupos, entre esses destacamos os operários, os jacobinos e

---

<sup>1</sup> Mestre em história pela Universidade Estadual de Londrina e Doutor em história pela Universidade Estadual Paulista . Data de submissão 05/03/2015 e aceite em 04/09/2015. Contato: igor.guedes.ramos@gmail.com

os monarquistas. Ao longo do texto apresentamos um balanço bibliográfico da historiografia desses movimentos, com a intenção em primeiro lugar de demarcar as mudanças historiográficas ocorridas a partir de 1980 e, em segundo lugar, realizar um debate conceitual em torno dessas mudanças, considerando as contribuições de Edward P. Thompson.

Assim, propomos compreender as “leituras” produzidas pela historiografia dos movimentos sociais da Primeira República, percebendo a mobilidade destes na produção histórica: de coadjuvantes a atores principais; de derrotados a criadores de novos padrões de resistência e ação social. Demonstrando como os operários, jacobinos e monarquistas adquiriram, nas obras históricas, papéis variados em conformidade aos padrões explicativos utilizados por diferentes historiadores.

Entendemos que os historiadores brasileiros antes de meados da década de 1970 atribuíram a esses movimentos sociais o papel de coadjuvantes nos processos históricos, abordando o tema apenas de forma oblíqua e fragmentária. Essa postura, em parte, se explica por serem movimentos derrotados. Isto é, seriam de pouca relevância para compreensão da história da Primeira República, por não terem atingido seus objetivos expressos ou obtido vitórias políticas que consolidassem transformações socioeconômicas a seu favor. Maria de Lourdes Mônico Janotti assinala que:

[...] os contemporâneos opositores, durante os inúmeros conflitos que pontilharam os princípios da República, aventaram diferentes formas de solução política e de organização da Nação que não a instituída. Por não terem triunfado, passaram como fantasias irrelevantes. Sob este ponto de vista, **os depoimentos que atestavam a pluralidade de opções abertas para os rumos da sociedade foram submetidos às versões hegemônicas** [grifo nosso], em proveito da construção ideológica de um discurso interessado em afirmar que a paz e o consenso presidiram o advento da República. [...] **Enredados pelos argumentos bem articulados dos senhores da situação, muitos historiadores desconsideraram as tentativas de desestabilizar o regime perpetradas por monarquistas e republicanos desiludidos** [grifo nosso]. (JANOTTI, 2003, p. 125-126)

Em outras palavras, a memória construída pelo grupo "vencedor" influenciou a historiografia posterior, incentivando a desconsideração em relação aos movimentos derrotados. Muitas vezes, a necessidade de atribuir um sentido único, uma universalidade à história da República, fez com que os "derrotados" fossem interpretados apenas como um

entreve efêmero a uma fatalidade histórica, um apêndice, sem possibilidade de interferir ou influenciar nessa história.

Segundo Janotti, no início do século XX emerge o discurso que consagra os mitos do “consenso nacional” e da “indiferença da população” em relação à proclamação da República, que tem a função de ocultar as tensões entre os diversos grupos sociais e políticos - monarquistas, jacobinos, anarquistas, etc. - e, até mesmo, entre os segmentos da própria classe dominante. Em oposição ao discurso monarquista, que idealizava o Império e suas tradições, os republicanos paulistas se associavam ao progresso, ao moderno e à "sociedade democrática". Nesta perspectiva, a monarquia era o passado que foi naturalmente superado:

O discurso civil, hegemônico até a década de 20, idealizou as conquistas obtidas com os sucessos da implantação do modelo da República liberal e presidencialista. O Partido Republicano Paulista, seu maior porta-voz, com sutileza política, reconhecia a importância dos militares nos primeiros momentos, mas prioriza a ação contínua e decisiva da propaganda republicana desde 1870. Identificava-se com o progresso e a modernidade, frutos da dinâmica econômica cafeeira, defendendo a autonomia municipal como um dos esteios da sociedade democrática. (JANOTTI, 2003, p. 131)

Tal discurso foi bem sucedido, "impôs à historiografia brasileira o estudo de temas onde a história de São Paulo e da elite paulista são dominantes" (JANOTTI, 2003, p. 133), as evidências – principalmente fontes jornalísticas – foram ignoradas, reduzindo a importância da ação dos monarquistas.

Após a revolução de 1930, a história da industrialização brasileira e a dinâmica das classes envolvidas tornaram-se temas privilegiados pelos historiadores – por exemplo, *História da República* de José Maria Belo, de 1940 –, como forma de compreender a substituição de um Estado Liberal por um Estado de Compromisso (JANOTTI, 2003, p. 133-134). Embora sendo a partir de outra perspectiva, a burguesia paulista continua no centro das discussões, bem como os monarquistas permanecem confinados à época do Império:

Para Caio Prado Jr. [em *Evolução política do Brasil e outros estudos de 1933*] "as instituições imperiais representavam um passado incompatível com o progresso do país, e que por isso tinham de ser, mais dia, menos dia, por ele varridas. A questão servil é disto o mais frisante exemplo. Na sua solução não fez o Império outra coisa que protelar...". As

decorrências econômicas da extinção do tráfico, em 1850, seriam o motor progressista que levaria o Império ao seu fim e não os sucessos políticos dos gabinetes. Nesse momento foram dados os primeiros passos para a "modernização" do país e sua inclusão no sistema capitalista internacional surgindo, então, "uma parte progressista da burguesia nacional, ávida de reformas, e cujos interesses se vinculavam à transformação econômica do país". (JANOTTI, 2003, p. 134-135)

Nesta perspectiva, a política monárquica (superestrutura) não era compatível com as transformações nas relações de produção (infraestrutura) do país, assim sendo, estava fadada à decadência e substituição. Essa interpretação irá fundamentar o revisionismo marxista da década de 1960 – por exemplo, os trabalhos de Emília Viotti da Costa *Sobre as origens da República* de 1964 e *A proclamação da República* de 1965 –, que passa a discutir o momento da revolução capitalista no Brasil (1889 ou 1930) para compreender os insucessos (ou sucessos) das propostas burguesas e proletárias durante todo o período republicano.

Segundo Janotti, em oposição a interpretação marxista estão as análises inspiradas em Max Weber como, por exemplo, de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* de 1957; que entende o Exército como integrado aos quadros do poder (ao estamento condutor) e sua postura como contraditória por conjugar mecanismos coloniais com idéias de vanguarda do capitalismo, em favor da manutenção do sistema. E, em outra perspectiva, a obra *O Brasil Monárquico* (1972) de Sergio Buarque de Holanda, indica que a relação conflituosa entre o Exército e os sucessivos gabinetes, desde a Guerra do Paraguai, levou os oficiais a agirem em seu próprio favor; foram as circunstâncias do período que colocaram as aspirações do Exército lado a lado com os anseios populares, mas aqueles não são representantes ou componentes destes. Nesse sentido, os cafeicultores paulistas não têm qualquer participação no processo, pois só adquiriram poder posteriormente.

Portanto, até por volta de 1980, ruptura ou continuidade, revolução ou conciliação foram os temas explorados pelos historiadores para compreender o processo de mudança da monarquia para a república no Brasil. Neste sentido, os monarquistas ou foram relegados ao passado ou foram incorporados às novas condições socioeconômicas e políticas do país, sendo sua ação nos primeiros anos da República de pouca relevância (JANOTTI, 2003, p. 137-139).

O movimento jacobino é tratado de forma semelhante pela referida historiografia, pois esse só se torna objeto específico de análise na década de 1980. Segundo o balanço historiográfico de Suely Robles de Queiroz, em sua época a produção literária do próprio

movimento e sobre ele foi abundante, apesar de dispersa, repetitiva e panfletária. Podia ser dividida, basicamente, entre "amigos" e "inimigos" dos jacobinos. Entre os inimigos estão os próprios monarquistas, que ajudam a abafar a repercussão do movimento, atribuindo ao jacobinos civis uma imagem de desordeiros e aos militares de traidores. Em 1920, os jacobinos já eram uma lembrança vaga, só foram rememorados devido aos levantes militares da época e apenas para esclarecer questões referentes aos governos e as grandes ações militares. Em geral, representados de forma pejorativa como autoritários (QUEIROZ, 1986, p. 173-174).

Por volta de 1940, são representados pelos intelectuais como os protegidos do governo intransigente de Floriano, sendo, portanto, sua base para ações radicais. Qualificados como "uma modalidade mórbida do nacionalismo, que se desenvolve nas crises revolucionárias dos países incultos e pobres, ou trabalhados por longa adversidade" (José Maria Belo apud QUEIROZ, 1986, p. 180).

Nelson Werneck Sodré possui uma perspectiva distinta, pois entendeu as forças militares representadas por Floriano como criadoras da vontade do povo e seu porta-voz. Desta forma, identificou os militares junto às camadas médias da sociedade e criou uma dicotomia entre classe média (civis e militares jacobinos) contra as oligarquias latifundiárias (QUEIROZ, 1986, p. 180-183). Para o autor, o governo de Floriano foi "altamente positivo porque, além dos interesses da pequena burguesia, defendeu os interesses populares da ganância dos exploradores e do imperialismo europeu" (JANOTTI, 2003, p. 137). Contra essa interpretação estariam as já referidas análises de Faoro e Holanda, onde prevalece a autonomia da corporação militar em relação à sociedade civil.

De acordo com Queiroz, é a partir dessa relação entre civis e militares que a historiografia brasileira aborda "lateralmente" o jacobinismo – especialmente por meio da análise do tenentismo a partir da década de 1960. Essa produção pode ser dividida em três correntes, já delineadas nos estudos citados:

[Primeira] Viu-se que uma vertente aponta os militares, especialmente os do Exército, como representantes da vanguarda política das classes médias, em função da proveniência social da oficialidade.

[Segunda][...] outra nega a existência de laços organizatórios entre ambas, devendo-se a atuação política dos militares à sua posição no aparelho de Estado.

Uma terceira corrente concilia as duas. Interpretações classistas e institucionais não se opõem, antes completam-se. Os militares são parte, tanto do Estado quanto da estrutura de classe, e seu comportamento é ditado pela inserção em ambos. (QUEIROZ, 1986, p. 210)

De qualquer forma, a análise específica do movimento estava ausente, os jacobinos eram normalmente entendidos como um grupo de grande diversidade socioeconômica e cultural e, portanto, de idéias e práticas inconstantes. Sua relevância (ou não) estava intimamente associada às práticas do Exército.

Por fim, destacamos a produção historiográfica sobre o movimento operário da Primeira República, que apresentou características semelhantes as anteriores. É no início do século XX, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, que emerge o movimento operário brasileiro, no qual predominou o anarco-sindicalismo. Sua produção literária foi ampla como, por exemplo, os jornais operários *Voz do Trabalhador*, *La Battaglia*, *O amigo do Povo*, *A Lanterna*, entre outros. A coletânea de artigos denominada *Apontamentos de direito operário* (1905) de Evaristo de Moraes, publicada no jornal *Correio da Manhã*. Diversas obras de autoria de militantes anarquistas como, por exemplo, *I paesi nei quali non si deve emigrare: la questione sociale nel Brasile* (1920) de Gigi Damiani, etc. (BATALHA, 2003, p. 146-148)

Os intelectuais, especialmente a partir de 1920, “só pensam o proletariado do ângulo da construção da nacionalidade e, por aí, constata sua imaturidade e inconsistência”. Destarte, o trabalhador brasileiro é um “agregado amorfo sem vida própria” (PAOLI et al., 1984, p. 133), que deve ser guiado e moldado pela elite cultural brasileira. Surge nessa produção intelectual à versão original da idéia – manifesta por diversos grupos socioculturais da época e que perdurou entre os intelectuais brasileiros, pelo menos até a década de 1970 – de que é somente em 1930, por obra do Estado, que “nasce” a classe operária brasileira como “entidade” organizada e ativa (PAOLI, 1987, p. 72).

A partir da década de 1950, sociólogos e cientistas políticos, como Azis Simão, Francisco Wefort, Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Henrique Cardoso, entre outros; se dedicaram a análise do desenvolvimento industrial brasileiro e dos grupos sociais associados a este, inclusive os operários. Inicialmente utiliza-se um modelo interpretativo em que a classe operária, inclusive sua consciência, é determinada pela estrutura socioeconômica. Após alguns “incidentes”, emerge na década de 1970 um modelo semelhante, mas que procura relacionar estrutura e conjuntura, fatores socioeconômicos e políticos e as práticas operárias, para daí compreender a classe operária e sua história. Em suma, num primeiro momento, a classe operária brasileira é representada nessa produção

como impotente e tutelada; posteriormente, passa a ser representada como “capaz de andar com suas próprias pernas”, infelizmente, por caminhos tortuosos (RAMOS, 2009, p. 50-55).

Em 1976 foi publicada obra *Trabalho urbano e conflito social* de Boris Fausto, um dos primeiros estudos produzido por um historiador, tendo como objeto específico o movimento operário brasileiro. De modo geral, as interpretações de Fausto, a respeito da formação da classe operária brasileira e seus primeiros anos, buscam relacionar as condições socioeconômicas e políticas, com as práticas operárias do período; sendo que aquelas determinam estas, permitindo as práticas operárias somente uma pequena “margem de manobra”. Nesse sentido, o Estado autoritário e excludente, o baixo desenvolvimento industrial, as condições econômicas e políticas internacionais, etc. ao mesmo tempo em que impulsionam o movimento operário, desarticulam a classe. A classe operária, por sua vez, não amadurece para luta na instância política formal (político-partidária), fator que a desarticula ainda mais e reduz a combatividade do movimento operário, resultando em sua derrota e na manutenção do Estado autoritário.

O conflito de classes tendeu a reduzir-se ao nível econômico, ao enfrentamento classe a classe, preservando-se a ‘pureza repressiva’ do Estado gendarme. Negar-se a exercer pressão sobre ele, nos longos combates pela cidadania social, negar-se a forçar a adoção normativa de conquistas significava condenar embates e conquistas, mais cedo ou mais tarde, a um doloroso fracasso.

Do ponto de vista organizatório, a óbvia consequência da recusa da instância política consistiu em não se formular o problema do partido como núcleo agregador de interesses. No plano sindical, as concepções espontaneístas tiveram efeito particularmente desorganizador, nas condições de um país que oferecia enormes dificuldades a qualquer tipo de organização.

A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917-1920. Aí se atualizam as debilidades de uma teoria, às quais se poderiam acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas, os erros táticos dos quais o mais flagrante – nascido de uma dificuldade de avaliar as relações de força – foi o de tentar organizar greves gerais contra a repressão, em um momento já de refluxo. (FAUSTO, 1986, p. 247-248)

Nesta perspectiva, a responsabilidade pela derrota do movimento operário se divide entre as condições socioeconômicas do país e as próprias práticas operárias. Isto é, o baixo desenvolvimento industrial destina de antemão o movimento operário à ruína, a única possibilidade de vitória é a organização em partido, o reconhecimento da “instância

política de luta". Exatamente o que os anarquistas pretendem destruir e, portanto, não reconhecem. Outros estudos do período seguem esse mesmo modelo interpretativo como, por exemplo, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil* (1982), de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi.

Até aqui buscamos demonstrar que pelo menos até meados da década de 1970, boa parte da historiografia brasileira não se preocupou especificamente com os movimentos monarquista, jacobino e operário, quando o fez, tendeu a julgar negativamente a ação desses movimentos de acordo com critérios estranhos àqueles indivíduos e suas condições históricas. Essa postura pode ser entendida a partir dos princípios, conceitos ou instrumentais teóricos utilizados no período. De acordo com Janotti, os historiadores procuraram explicar o insucesso dos monarquistas por meio do "princípio da fatalidade histórica":

Tanto os contemporâneos como a maioria dos historiadores viram o advento da República como uma fatalidade histórica. A percepção fatalista, utilizada como categoria para a compreensão do passado, baseia-se na inevitabilidade da evolução dos acontecimentos. De modo geral e esquemático, esse discurso articula-se em torno de avaliações conjunturais do final do Império, concluindo que as instituições monárquicas haviam a tal ponto se esclerosado que, dentro dos antigos moldes do poder, não seria possível absorver quaisquer mudanças provenientes da rearticulação das forças econômico-político-sociais. **O mundo transformara-se, modernizara-se e o velho regime estava, pelas leis da natureza, ou da ciência - dependendo da formação teórica do autor -, fadado a ser substituído pelo novo, a República** [grifo nosso]. (JANOTTI, 2003, p. 141-142)

O "princípio de fatalidade" enquadra o processo histórico em uma determinada linha evolutiva, que torna inevitável, por exemplo, a derrota dos monarquistas na Primeira República. Esse tipo de interpretação está associada a uma história dita positivista, saturada pela idéia de progresso e, também, a certas vertentes marxistas. Pois, emerge no materialismo dialético um sentido da história, com caráter positivo, que determina o progresso irremediável da produção e, conseqüentemente, da consciência humana; em que a agência humana tem pouca ou nenhuma significação (CASTORIADIS, 1986, p. 48-49, passim). Destarte, os monarquistas são o passado que devem ser naturalmente "superado", independente da reação perpetrada por eles.

Em relação ao movimento jacobino, suas práticas radicais, violentas e autoritárias podem ser caracterizadas como retrogradadas, não condizentes com a "República

democrática", portanto fadadas ao desaparecimento. Queiroz já assinalou que o silêncio em relação aos jacobinos "possivelmente decorra do recuo da historiografia ante o extremismo que o singularizava" (QUEIROZ, 1986, p. 9). Além disso, esse "recuo da historiografia" pode estar associado aos conceitos de classe e "ação política" em voga na época, como evidência a análise da autora: "É bastante difícil, todavia, lidar com os jacobinos. Não constituem um partido político estruturado, não representam uma classe social única e envolvem militares" (QUEIROZ, 1986, p. 14).

Em linhas gerais, na tradição marxista-leninista, as classes se constituem objetivamente de acordo com a posição que os indivíduos ocupam nas relações sociais de produção, com o desenvolvimento das forças produtivas, as lutas entre as classes e a condução do movimento por uma vanguarda esclarecida, enfim, emerge a consciência de classe. Isto é, além da mesma situação em relação à propriedade dos meios de produção, ao capital e às outras classes, se desenvolve uma consciência universal, política (organizada em sindicatos e partido) e revolucionária de suas condições materiais e um projeto político revolucionário (ANTUNES, 1990, p. 22-24). Sendo o movimento jacobino constituído por indivíduos que ocupam diferentes posições nas relações de produção, um estudo que utilize essa noção como categoria fundamental de análise, é propenso a caracterizar os jacobinos como desarticulados e, portanto, fadados ao fracasso.

Decorre disto, também, a impossibilidade da constituição de um "projeto político" alternativo ou de uma ação política eficiente - sindical/partidária - por parte dos jacobinos. Lógica semelhante foi aplicada à análise do movimento operário brasileiro, por exemplo, na perspectiva de Eric Hobsbawm - bastante presente na já referida análise de Fausto e de Hardman e Leonardi, entre outros - as classes em sua acepção objetiva existem desde as sociedades arcaicas que romperam com as relações de parentesco. Entretanto, "a consciência de classe é um fenômeno da era industrial moderna" (HOBSBAWM, 2000, p. 36), ou seja, somente com o desenvolvimento do capitalismo as classes começam a adquirir consciência de si próprias e produzem movimentos sociais genuinamente políticos e coesos.

Por isso, as classes trabalhadoras provenientes das sociedades arcaicas, ao adentrarem as sociedades modernas - por vontade própria ou por coerção -, tendem a apresentar uma consciência de classe indeterminada, ambígua e/ou conservadora. Gradativamente, já participando das sociedades modernas, essas classes trabalhadoras começam a se formar como classe consciente de si própria, apesar de esse ser um momento

importante à constituição de práticas revolucionárias é, também, um momento propício à proliferação de ideologias e movimentos sociais, pré-políticos ou primitivos (HOBSBAWM, 1970, p. 12-14).

Entre as ideologias pré-políticas, Hobsbawm destaca o anarquismo clássico, que por se basear nas revoltas espontâneas e descartar a luta sindical e político-partidária; “é incapaz de resistir de forma organizada a uma repressão verdadeiramente eficiente e a um controle constante, [...] é uma forma de movimento de quase impossível e efetiva adaptação às condições modernas, apesar de ser o resultado delas” (HOBSBAWM, 1970, p. 119). O anarco-sindicalismo, em relação ao anarquismo clássico, apresenta a vantagem de admitir uma organização sindical, o que é um passo, embora não concretizado, em direção a uma luta político-partidária (HOBSBAWM, 1970, p. 118), mas sua debilidade era uma compreensão errônea da natureza do Estado e do Partido.

Para Hobsbawm – fundamentado principalmente em Marx, Lênin e Lukács – existem tipos e níveis de consciência de classe, que correspondem a formas de organização:

O nível mais baixo é representado pelo que Lênin (com sua costumeira visão precisa e realista das realidades sociais) chamou de ‘consciência sindical’, e o mais alto é representado pela ‘consciência socialista’ (ou possivelmente, mas de forma muito mais rara algum tipo de consciência que prefigura a transformação total da sociedade). A primeira (como Lênin também observou) é aquela gerada mais espontaneamente, mas também a mais limitada. Sem a última, a consciência de classe da classe operária é, historicamente falando, incompleta [...]. (HOBSBAWM, 2000, p. 47)

Daí, Hobsbawm reafirma a importância da vanguarda socialista, da organização partidária e de um projeto político revolucionário, os movimentos anarquistas e outros movimentos pré-políticos estariam fadados ao fracasso em sociedades modernas. Nesse modelo, o que é analisado não é o que esses movimentos queriam fazer e o que fizeram, mas o que deveriam fazer.

A partir de meados da década de 1980, a historiografia brasileira oriunda dessa perspectiva foi duramente criticada por sua tendência a julgar negativamente o movimento operário:

O estudo do movimento operário dos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros brasileiros inicia-se com uma certa estupefação em relação, principalmente, ao tipo de horror que senti nos textos historiográficos existentes sobre o assunto. Era muito comum no balanço final da conjuntura deter-se nas características que a classe operária não

possuía, porque tinha-se em mente um modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena e historicamente dúbio ou absolutamente teórico.

Chegava-se a conclusão de que a classe operária brasileira da Primeira República era fraca (pequena, composta de um grande número de mulheres e crianças) e mal conduzida, isto é, com uma liderança que se guiava por uma ideologia pequeno-burguesa. O meu horror era ver que com esses pressupostos – composição da classe e orientação ideológica – subtraía-se da classe operária a sua própria identidade. (CAMPOS, 1988, p. 12)

Destarte, alguns historiadores brasileiros "revisitaram" a história da Primeira República procurando "resgatar" monarquistas, jacobinos e operários, tentando escapar das determinações fatalistas e dos juízos de valor. Nessa época a historiografia sobre a Primeira República cresceu acentuadamente (FICO; POLITO, 1992, p. 53-54) e surgiram pesquisas preocupadas com a história das classes subalternas e dos movimentos sociais derrotados.

### **O Pensamento de E. P. Thompson e outro olhar historiográfico**

O "novo" interesse pelos derrotados se relacionou com, primeiro, a proliferação dos novos paradigmas teóricos - as contribuições de Thompson, Nova História, Nova História Cultural, reflexões de Michel Foucault, etc. -; segundo, as transformações políticas e sociais do final da década de 1970; e, por fim, o desenvolvimento do ensino superior no país. As mudanças historiográficas advindas daí foram e ainda são polêmicas <sup>2</sup>, para alguns - em especial para mídia da época - "jovens historiadores, notadamente da UNICAMP, contrapõem-se aos 'dogmatismos' teóricos, sobretudo marxista, e operam uma renovação teórica da História" (FICO; POLITO, 1992, p. 161). Outros saíram em defesa do marxismo ou, como acreditavam, da própria racionalidade:

Quando se fala da crise [do] "marxismo" e do surgimento das novas metodologias, é necessário ter em mente que se trata da crise da razão instrumental, tecnológica, da razão positiva. O embate decisivo não é portanto entre "marxismo" e ecletismo, mas entre *razão* e *desrazão*. Entre modernidade e conservadorismo. As chamadas "novas" metodologias, com sua preferência pelo fragmentário, o sexo etc, apenas exarcebam as fendas abertas pela crise da razão moderna, descambando resolutamente para o irracionalismo. (ZAIDEN FILHO, 1988 apud FICO; POLITO, 1992, p. 167)

---

<sup>2</sup> A respeito dessas polêmicas ver principalmente COSTA, 1994; MORAES, 2002 e VAINFAS, 2009.

Carlos Fico e Ronald Polito (FICO; POLITO, 1992, p. 157-175) defendem que a mudança na historiografia brasileira não se deu por uma ruptura definitiva na década de 1980, mas por um processo que teve início nos anos 70 e que ainda caminhava lentamente em 1990; e não resultou em um total abandono dos "paradigmas tradicionais". "Esta problemática [...], talvez pudesse ser discutida supondo-se a existência de um núcleo renovador, de uma 'vanguarda' que, embora não constituísse a maioria, sinalizasse no sentido dos novos rumos que se estabeleceram a partir de então" (FICO; POLITO, 1992, p. 162).

No contexto dos anos 80, a simples apropriação teórica de autores como, por exemplo, Cornelius Castoriadis, Michel Foucault, Eric Hobsbawm, Edward Thompson e Christopher Hill; "transformou-se num campo de disputa" (FICO; POLITO, 1992, p. 171) não só historiográfica, mas também política. Esses e outros autores são alternadamente taxados de reacionários ou revolucionários.

Nesse sentido, Ronaldo Vainfas afirma que, pelo menos até 1980, havia no Brasil uma predominância dos estudos de caráter socioeconômico, com características marxistas. "O fundamental era, então, fazer uma história que buscasse as raízes socioeconômicas de nosso atraso, subdesenvolvimento ou dependência do imperialismo, em especial o norte-americano. Uma história engajada, portanto, uma história militante" (VAINFAS, 2009, p. 225).

A produção historiográfica fundada em outras temáticas e/ou vertentes historiográficas era inexistente ou relegada a segundo plano. Por exemplo, a produção em história das mentalidades só aparece seriamente no Brasil, no final da década de 1980 (VAINFAS, 2009, p. 228). Certamente a censura aos "novos paradigmas" dificultou a sua proliferação:

Uma crítica que acusava os "novos historiadores" de se renderem a "modismos estrangeiros", de contribuírem, no âmbito nacional, para a pulverização e fragmentação da história, de renunciarem à questão central da luta de classes e do capitalismo em favor de temas irrelevantes e minúsculos que não punham em xeque a ordem mundial dominante, sendo, por isto, reacionários. (VAINFAS, 2009, p. 229)

Críticos ou defensores dos "modismos estrangeiros", ambos algumas vezes cometeram "equívocos teóricos" por não diferenciarem adequadamente vertentes interpretativas antagônicas como, por exemplo, história das mentalidades e micro-história

ou nova história cultural e nova esquerda inglesa, entre outras "mixórdias" (VAINFAS, 2009, p. 233).

De qualquer forma, é numa atmosfera de debate que essas e outras reflexões oriundas da Inglaterra, França e Itália repercutem entre os historiadores brasileiros na década de 1980, favorecendo o surgimento de outros padrões explicativos. Nesse sentido, as contribuições de Thompson são significativamente importantes para pensarmos os movimentos sociais, sobretudo os da classe operária. Pois, na perspectiva do autor - que difere de vertentes marxista-leninistas:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, p. 10)

Assim, a classe surge quando, por meio das relações humanas e da luta de classes<sup>3</sup>, um grupo de pessoas passa a se comportar repetidamente de modo classista; partilhando, não somente a mesma posição nas relações de produção, mas também comportamentos, cultura e instituições que condizem com seus interesses.

Para compreender esse processo, Thompson utiliza *experiência* como conceito de junção, que articula "ser social", diretamente determinado pelas relações de produção; e "consciência social", mediada pela cultura e pelo pensamento dos indivíduos, mas limitada e pressionada pelo "ser social". Com uma acepção próxima a tradição hegeliana, que usa "essa palavra para designar a retificação da compreensão prévia da realidade, ou seja, a noção dialética da experiência como negação de erros prévios" (FERRERAS, 1999, p. 310). Contudo, em Thompson a "retificação dos erros prévios" tem como critério de verdade (base ontológica) o "ser social".

Em outras palavras, a *experiência* é diretamente determinada pelas condições materiais e pelas relações de produção, "surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento" (THOMPSON, 1981, p. 16). Os indivíduos passam fome, são

---

<sup>3</sup> Thompson assinala que a "luta de classe" precede a própria "classe", tendo o primeiro conceito caráter mais universal que o segundo (THOMPSON, 1989, p. 37).

presos sofrem com o desemprego e com as guerras, etc. e refletem sobre isso por meio de sua cultura, seus valores, pensamento, etc. constituindo a consciência social. Posteriormente, outras crises, guerras, enfim, as condições materiais proporcionam outras experiências que, por sua vez, mediadas pela cultura exercem pressões, geram tensões sobre a consciência social existente, modificando-a:

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16)

Portanto, a classe deve ser entendida no seu "fazer-se", no modo como as experiências de determinados indivíduos, por serem regulares devido as causas materiais comuns, constituem relações de solidariedade de classe. Essas experiências serão mediadas pela cultura de cada época, lugar e grupo de indivíduos dando origem a distintas formas de consciência de classe. Por isto, Thompson, por um lado, considera a cultura como elemento constituinte da classe e da consciência de classe e, por outro lado, a impossibilidade de compreendermos a classe operária a partir de um modelo específico de práticas e formas de pensar, julgando um ou outro grupo de operários como mais ou menos consciente. Sobre isto, Thompson esclarece:

Quando falamos da "inteligibilidade" da história podemos estar falando do entendimento da racionalidade (de causalidade, etc.) do processo histórico: trata-se de um conhecimento objetivo, revelado num diálogo com determinadas evidências. Mas podemos também estar fazendo referência à "significação" desse passado, seu significado para nós; este é um juízo de valor subjetivo, e a tais perguntas a evidência não pode oferecer respostas. Isso não implica a conclusão de que todos esses exercícios sejam impróprios. Podemos concordar (com Popper) que cada geração, cada historiador, tem direito a expressar um "ponto de vista", ou (com Kolakowski) que temos o direito de atribuir essa "inteligibilidade imanente" à história como um "ato de fé", desde que deixemos claro que isto se baseia não em procedimentos científicos (THOMPSON, 1981, p. 51)

Nesse sentido, por exemplo, é preciso descrever e analisar a experiência de exploração e resistência dos anarquistas da primeira República, por meio das suas condições de trabalho e moradia, repressão policial, suas festas, passeatas, destruição de máquinas, jornais, etc. como um processo de constituição de classe e de consciência classe. Porém, afirmar que possuem "falsa consciência social" ou assinalar seus equívocos a partir de critérios que desconheciam é tão inútil quanto "queixar-se de que a burguesia não foi

comunitária, ou de que os *Levellers* não introduziram a sociedade anarco-sidicalista" (THOMPSON, 1981, p. 52-53).

Em relação aos jacobinos, mesmo se tratando de um grupo bastante heterogêneo considerando a posição profissional (relações sociais de produção) e institucional de seus "membros", poderíamos tratá-los em termos de classe se analisarmos as experiências e os valores culturais que compartilham, que constituem laços de solidariedade entre eles e, também, as formas como reagem em conjunto à exploração que experimentam. Por fim, pensando suas lutas como um processo diversificado e sempre indeterminado de constituição de classes e consciências de classes no Brasil.

Nas reflexões de Thompson surge também uma crítica agressiva aos "princípios fatalista". Já que para o autor é a "agência humana" sempre imprevisível, mesmo limitada e pressionada pelas condições materiais, que constitui o processo histórico com regularidades, mas sempre aberto (THOMPSON, 1981, p. 59, 61, 111-112). Isto é, "como um momento de vir-a-ser, de possibilidades alternativas, de forças ascendentes e descendentes, de oposições e exercícios opostos (classes), de sinais bilíngues [...]", enfim, "a história como prática humana não dominada" (THOMPSON, 1981, p. 117). Nessa perspectiva, a monarquia ou o movimento monarquista não estavam fadados ao fracasso devido o "desenvolvimento irremediável das relações de produção", mas submergiram no combate, sendo a análise dessa luta o objetivo do conhecimento histórico.

Uma outra perspectiva interpretativa, não marxista, que também repercutiu no Brasil nos anos 80, é a da Nova História Cultural. Esta se caracteriza por analisar as representações de mundo - dispositivos metáforas duráveis e partilhados pelos indivíduos de um grupo que incorporam a estrutura social e organizam a apreensão e inteligibilidade do real - dos diferentes grupos socioculturais, que são matrizes de práticas e discursos que buscam impor determinada representação de mundo como verdadeira, dentro de um relação de forças com os outros grupos (CHARTIER, 1990, p. 17-18, *passim*).

Essas são algumas questões que fazem os movimentos operário, jacobino e monarquista adquirirem *status* de objeto central para análise historiográfica na década de 1980. Contudo, essa "nova produção" muitas vezes não escapou de noções ou princípios presentes na historiografia anterior. Vejamos alguns exemplos para examinarmos as características dessa mudança historiográfica.

Na obra *Os subversivos da República*, publicada pela primeira vez em 1986, Janotti afirma a relevância do movimento monarquista. Sua análise é fundamental para

percebermos a "violência como prática de dominação" no início da República, que foi permeada por constantes intervenções arbitrárias do Estado, como forma de "resolver os desentendimentos da classe dominante e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais" (JANOTTI, 1986, p. 8). Assim, a autora indica que as relações de força na sociedade são importantes para sua constituição e, portanto, a necessidade de estudá-las.

Segundo Janotti, após a proclamação da República, ainda atordoados, os monarquistas foram vagarosamente organizando-se em pequenos grupos que giravam em torno de importantes políticos do Império, jornalistas e intelectuais capazes de divulgar a ideologia monarquista. Fundaram, então, em 1895, o Partido Monarquista em São Paulo; e, em 1896, o Centro Monarquista no Rio de Janeiro. Esses partidos eram formados por políticos de província, funcionários da burocracia estatal, portadores de títulos nobiliárquicos, bacharéis das faculdades de Direito, parentes dos políticos do Império, católicos radicais e diversos outros personagens descontentes com a República. Todos tinham em comum:

[...] ressentimentos relativos à perda do prestígio, dos cargos e dos privilégios que desfrutavam sob o Império [...] [ou, ainda,] profundo respeito a tradição, sentimentos antimilitaristas, a idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e o conservadorismo religioso. (JANOTTI, 1986, p. 10)

O movimento foi ativo no período de 1889 até 1910, apoiando e organizando comícios, greves e revoltas, até mesmo proclamando a restauração da monarquia na cidade de Ribeirãozinho, Estado de São Paulo.

Em sua obra, Janotti busca compreender os monarquistas a partir de três eixos: suas origens, sua fragilidade e seu discurso. As origens do movimento remontam ao conflito entre conservadores e liberais no Império, que culminou no desmantelamento do sistema político vigente. A partir de uniões de caráter oportunistas começam a surgir grupos políticos, como os monarquistas, em parte composto pela facção liberal do império.

Em relação a fragilidade do movimento, a autora afirma que devido ao desenvolvimento capitalista no Brasil, ocorreu o aparecimento de diferentes camadas urbanas, a substituição do escravismo pelo trabalho livre e a ascensão da burguesia agrária. Por essa "questão fundamental":

O grupo monarquista era representativo do segmento caído e que deixara de ser reinante. A vitória da sua causa somente seria obtida com o

aniquilamento da burguesia cafeicultora e de todas as relações capitalistas já estabelecidas. Mas isso se afigurava totalmente impossível. (JANOTTI, 1986, p. 262)

Outros fatores de menor relevância são: a fragilidade da doutrina elaborada pelo movimento, que se baseava em contradizer os republicanos e sem construir princípios políticos viáveis; articulou-se e dirigiu-se apenas de e para a classe dominante, sem nunca pensar em um monarquismo popular; e, enfim, sofreu o desdém da família real alojada na Europa (JANOTTI, 1986, p. 262, *passim*).

Desta forma, apesar de em diversas passagens da obra demonstrar como as ações dos monarquistas foram importantes para o desenvolvimento de práticas repressivas do Estado, Janotti acaba por desqualificar essa relação de forças em sua conclusão, atribuindo como fator fundamental ao desmantelamento do movimento a "fatalidade história" - o desenvolvimento do capitalismo - noção que a própria autora irá questionar em textos posteriores, como vimos anteriormente.

Contudo, quando Janotti trata do discurso monarquista, evidencia como suas "práticas subversivas" penetram na repressão do Estado, fazendo com que este grupo tenha boa parte de suas vontades atendida durante a Primeira República:

Seus escritores [dos monarquistas] esforçaram-se em negar o envolvimento monarquista em revoltas e conspirações, salientando apenas o vigor da propaganda jornalística realizada: ao movimento reacionário de uma fração da classe dominante convinha mais ser lembrado por suas convicções políticas do que pela prática que empreendera. [...] A culpa das violências sofridas por membros do movimento foi atribuída a exaltados jacobinos, isto é, a elementos de outras classes sociais e não à nova facção hegemônica, facilitando dessa forma a futura convivência entre rivais políticos que se respeitam mutuamente. (JANOTTI, 1986, p. 263-264)

Essa obra participa da "atmosfera historiográfica renovadora" da década de 1980. Pois, toma como objeto de estudo algo relegado ao segundo plano pela historiográfica anterior e demonstra a relevância da ação dos monarquistas na Primeira República. Entretanto, ainda tende a concluir a derrocada do movimento a partir de "princípios fatalistas" (o estabelecimento das relações capitalistas) e não pelo embate com os adversários, bem como julga as ações dos monarquistas por critérios estranhos aos próprios (não construção de princípios "políticos viáveis" e não associação as classe subalternas).

Segundo exemplo, na obra *Os radicais da República* (1986), Queiroz analisa especificamente o movimento jacobino e segue um caminho semelhante ao de Janotti. A

autora entende que a transição da Monarquia à República é um momento revolucionário, pois remodela o sistema sociopolítico, para propiciar condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. As condições socioeconômicas, o vazio de poder na instância política e a necessidade de modernização do Brasil, unificam forças heterogêneas – militares, classe média, oligarquia agrária, etc. – ao intento de derrubada da Monarquia. Cabendo às forças militares, única organização com estrutura e coesão suficiente, executar e assegurar a revolução. Tendo conquistado o objetivo comum, aparecem as diferenças entre esses distintos grupos.

Por um lado, a classe hegemônica (oligarquia agrária), já detentora do capital, quer adquirir seu espaço político para fortalecer sua condição econômica. Por outro lado, alguns militares não estão dispostos a entregar o espaço político, alegando que as instituições não estavam completamente formadas, necessitando de vigilância. Provocando, desta forma, a instabilidade característica dos primeiros tempos da República (QUEIROZ, 1986, p. 09-16).

Nessas condições emerge o movimento jacobino formado de pequenos comerciantes, funcionários públicos, farmacêuticos, guarda-livros, funcionários de estrada de ferro e outros elementos da classe média. Em parte, liderados por políticos - que nem sempre se declararam jacobinos - e por militares do Exército. Apesar da relativa união entre os diferentes grupos que compunham o movimento, esses “são distintos socialmente e, portanto, agem, obedecendo a motivações diferentes” (QUEIROZ, 1986, p. 241). Assim, existe uma relação complexa entre os indivíduos que compõe o movimento:

É possível perceber que, não obstante a participação instigadora de civis interessados em utilizar o exército como instrumento de propósitos políticos na continuação de uma prática inauguradora com a República e recorrente no processo histórico brasileiro; não obstante ainda a participação entusiástica de um segmento das camadas médias urbanas, a retórica jacobina é nitidamente castrense. (QUEIROZ, 1986, p. 12-13)

Segundo Queiroz, os jacobinos entendem que são os únicos protetores e fiscalizadores das instituições republicanas e da nação, ameaçada constantemente por subversivos, como os monarquistas; ou estrangeiros, como os portugueses. Demonstra que as práticas - muitas vezes radicais - do movimento, como a constituição de clubes, imprensa especializada, manutenção de "batalhões patrióticos", passeatas de rua e quebra-quebras, etc. forçaram os grupos opositores a agirem de distintas formas, como o recuo em

momento críticos, repressão violenta, articulação da opinião pública, etc. (QUEIROZ, 1986, p. 49, 61, 216, passim).

Além disso, para a autora, um aspecto se destaca na derrota dos jacobinos: "o da impossibilidade de o grupo romper com a ideologia da classe rural e viabilizar um projeto político alternativo àquele por ela desenvolvido" (QUEIROZ, 1986, p. 266). Por um lado, a heterogeneidade étnica e sócio-profissional impossibilitou uma superioridade numérica e a constituição de fortes "laços organizatórios", principalmente entre os jacobinos e o operariado. Por outro lado, era "baixo também o estágio cultural, baixo o grau de consciência social [...] fica clara a inexistência de um projeto alternativo ao grupo agrário capaz de abalar-lhe os alicerces" (QUEIROZ, 1986, p. 268).

Para definir seu conceito de consciência de classe, a autora utiliza como referencial teórico Lucian Goldman, concluindo:

Como já se inferiu no caso presente, em decorrência de sua hegemonia, a consciência da classe agrária perpassa a das demais, influenciando-lhes a compreensão do real. Ao identificar lusos e monarquistas como os inimigos primordiais, os jacobinos oferecem um exemplo típico dessa interferência. Para eles, enquanto os primeiros ocuparam o espaço econômico, os últimos apresentavam o risco de preencher o espaço político. [...] **Para o grupo, chegar à "consciência possível" seria alcançar a noção clara de que a fração cafeeira e Prudente eram os representantes do sistema agroexportador responsável por seus males e, portanto, o inimigo a ser identificado em função de tais fatos** [grifo nosso]. (QUEIROZ, 1986, p. 272)

Na perspectiva de Thompson - notadamente antagônica em relação a de Goldman (THOMPSON, 1981, p. 51-53) - a análise de Queiroz seria um "juízo de valor". Pois, assinala a existência de uma consciência social, que não se relaciona com a experiência e a "cultura" dos jacobinos. Isto é, uma "consciência impossível", já que foi cunhada a partir de uma experiência e mediada por uma cultura ou pressupostos teóricos científicos, estranhos aos próprios jacobinos. Em suma, a autora descreve a partir de inúmeras evidências o discurso e as práticas do movimento jacobino, bem como a reação do Estado e de outros grupos sociais a essas práticas, mas conclui com uma análise - de acordo com a perspectiva de Thompson - fundada em um "juízo de valor", "imprópria para o exame de evidências históricas".

Na década de 1980, são os estudos sobre o movimento operário que efetivamente consideram as reflexões de Thompson e outras questões colocadas pela historiografia mais recente. Essa produção é, também, bem mais ampla que aquela sobre os jacobinos e

monarquistas. Obras como *Nem pátria, nem patrão* (1983) de Francisco Foot Hardman, *Trabalho, lar e botequim* (1984) de Sidney Chalhoub, *A vida fora das fábricas* (1983) de Maria Auxiliadora Guzzo, *Sonhar Libertário* (1986) de Cristina Hebling Campos, *Do cabaré ao lar* (1985) de Luzia Margareth Rago "resgatam" as práticas, a experiência, a cultura operária na Primeira República.

Dentre essas, como terceiro exemplo, destacamos a obra de Rago. A autora afirma que a luta de classes que leva a transformação/manutenção da sociedade não passa necessariamente pela instância política formal, pela luta político-partidária, como assinala a produção historiográfica anterior, por exemplo, a referida obra de Fausto. Na perspectiva da autora, não existe sequer a dicotomia entre instância política formal e informal, existem múltiplas formas políticas, que não se hierarquizam ou se centralizam em uma única "instância verdadeira ou superior". A dominação e a resistência políticas estão em todos os espaços e todos os momentos da vida operária. Entre suas referências teóricas estão Michel Foucault e Thompson:

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas 'não-organizadas' do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários. (RAGO, 1985, p. 14)

Desta maneira, de acordo com Rago, é restituído às "práticas políticas não-organizadas" da classe operária – até então consideradas banais, economicistas ou inconscientes – sua exata capacidade de transformação social, econômica e política. Nesta obra, a autora se propõe a estudar as manifestações de resistência cotidiana e a cultura produzidas pelos trabalhadores brasileiros, entre 1890 e 1930; bem como, as normas disciplinares a eles impostas pela organização fabril, pelas várias agências do poder público ou privado, regulando a sua maneira de morar, sua saúde, sua educação, sua sexualidade, etc. (RAGO, 1985, p. 11-14).

A autora interpreta as relações de força existente entre os operários e o patronato. Demonstrando as diferentes formas que este utilizou para dominação como, por exemplo, listas negras, repressão policial, organização de vilas operárias, práticas higienistas, etc. E as formas como o movimento operário, a partir da perspectiva anarquista, questionou essa dominação por meio de suas propostas de educação, "mulher", moradia, divisão da riqueza, etc. (RAGO, 1985, p. 62, 175-199, 183, 200, passim).

Na obra emerge uma representação de classe operária, compartilhada por parte dos acadêmicos da década de 1980, a saber: Não existe classe operária desarticulada, apática ou inconsciente no Brasil. Os operários possuem seus próprios saberes e práticas de resistência, que atingem todas as instâncias de dominação burguesa; não precisam de porta-vozes, vanguarda ou Partidos para representá-los, guiá-los ou educá-los em sua luta histórica, por justiça, liberdade e igualdade. Como transparece a seguinte fala da autora:

Folheando as páginas já bastante amareladas destes jornais, reunidos há não muitos anos, a primeira impressão que me causam é a de uma riqueza muito grande de idéias e de acontecimentos de um período que vem sendo recentemente recuperado. Um universo vai-se delineando gradativamente aos meus olhos e é inevitável a pergunta: o que queriam aqueles loucos românticos? *Loucos? Românticos?*

[...]

Mas não só destes temas [greves, mobilizações, resistência nos locais de trabalho, etc.] vive a imprensa anarquista das primeiras décadas do século no Brasil: ela fala do amor, do lazer, registra excursões e piqueniques, sessões culturais, conferências educativas, discute uma nova moral. Propõe uma nova maneira de viver, anuncia um mundo fundado na igualdade, na liberdade e na felicidade, que deve ser construído por todos os oprimidos, aqui e agora. (RAGO, 1985, p. 16)

O modelo interpretativo da década de 1980 é permeado pela noção de resgate - em parte oriunda das reflexões Thompson. Isto é, a preocupação com a recuperação das práticas e dos discursos "libertários", desconsiderados pela historiografia anterior, também como forma de identificar os *germens* revolucionários presentes na classe operária brasileira do final da década de 1970, protagonista das greves do ABC paulista:

Impressionados [os intelectuais] pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados [nas greves de 1978], muitos de nós nos voltamos para a interrogação do seu significado e de sua gestação. Vivemos todo um movimento intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social. (PAOLI; et al., 1984, p. 130)

Se esse resgate foi em geral bem aceito pelos acadêmicos, *Do cabaré ao lar* e outras obras da época foram bastante criticadas por operacionalizarem simultaneamente as reflexões de Foucault e Thompson. Posteriormente, esse "problema conceitual" foi identificado pela própria Rago (RAGO, 1993, p. 133-134) e, em linhas gerais, diz respeito a articulação entre dois tipos de história: Por um lado, uma "história genealógica", em que não existem objetos naturais ou essenciais, mas constituídos por meio de práticas e discursos; e que não possui um sentido nato. Por outro lado, uma "história hermenêutica"

em que o conceito fundamental de experiência é determinado por elementos específicos ou "essenciais", que manifestam o caráter explorador das relações sociais de produção; e que o sentido, por mais indeterminado que seja pela noção do "fazer-se", é a busca de uma sociedade socioeconomicamente igualitária, ou seja, o fim da "exploração do homem pelo homem" (CARDOSO JR., 2006, p. 139-141; RAMOS).

Em uma perspectiva pautada nas reflexões de Thompson, a produção historiográfica da década de 1980, aqui discutida, apesar da manutenção de princípios fatalistas, de juízos de valor, do "problema conceitual"; foi importante para a compreensão dos "derrotados da República" e sua relação com a constituição da sociedade brasileira. Pois, em muitos momentos analisou a relação de forças entre os diferentes grupos socioculturais em confronto na época e sua importância para o contexto histórico. Afinal, é também devido a existência e ação dos monarquistas, jacobinos e operários que os discursos e as práticas de dominação adquiriram determinada forma e conteúdo.

Os derrotados ou o "povo das ruas" como denominou José Murilo de Carvalho, assombraram a sociedade com sua radicalidade, corroeram subversivamente o Estado, impuseram práticas que acabaram por esclerosar os mecanismos de dominação. Sendo, por isto, relevantes no processo histórico:

Pode-se sugerir que o fracasso do regime [Primeira República] foi decretado pelos critérios que ele próprio estabeleceu ao se definir como república liberal e que, por mecanismos não vistos nem previstos, continuaram movendo-se para a frente as forças da sociedade. De alguma maneira, o reprimido movimento operário da velha república impactou sobre a decisão de criar um Ministério do Trabalho e sobre a legislação social, trabalhista e sindical; o rígido domínio oligárquico gestou em seu próprio ventre uma intelectualidade crítica e renovadora que contribuiu, por caminhos muitas vezes divergentes, para repensar e reorientar o país; o rebelde, indócil e marginalizado povo das ruas das maiores cidades se viu, pela primeira vez, interpelado pelos novos governantes; a descrença anterior no povo civil, baseada em suas características raciais, foi subvertida pela valorização da mestiçagem promovida pelo próprio governo; a crítica ao exagero federalista, já feita pelos intelectuais dos anos 20, ajudou a restaurar a capacidade do governo central de definir políticas nacionais. (CARVALHO, 2002, p. 86-87)

Por fim, é importante notar, que esse balanço historiográfico corrobora com as indicações de Fico, Polito e Vainfas sobre as transformações ocorridas na historiografia brasileira na década de 1980; resultante também da disputa no interior de nosso campo de produção. Talvez ainda seja necessário uma análise minuciosa da produção historiográfica dos anos 80, seguindo as indicações de Vainfas:

Não é caso de celebrar ou condenar esta ou aquela moda historiográfica, senão de contextualizá-la, de tentar explicar suas condições de produção no meio acadêmico, bem como sua maior ou menor capacidade de irradiação ou recepção. E, sobretudo, buscar extrair dos resultados concretos de cada pesquisa aquilo que nos ajuda a compreender melhor as várias faces de nossa história, sem preconceitos. Pois é certo que quando o debate historiográfico cai prisioneiro da ideologia, quem sai perdendo é a história. (VAINFAS, 2009, p. 234)

### Referências:

- ANTUNES, R. **Classe operária, sindicato e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- BATALHA, C. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CAMPOS, C. **O sonhar libertário**: Movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes, 1988.
- CARDOSO J. Foucault em voo rasante. In CARVALHO, Alonzo Bezerra de; LIMA DA SILVA, W. (Org.). **Sociologia e Educação: leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006, p. 135-160.
- CARVALHO, J. Os três povos da República. In CARVALHO, Alice Resende de (org.). República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002, p. 61-87.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CHARTIER, R. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- COSTA, E. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.
- FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1986.
- FERRERAS, N. Culturalismo e Experiência: leitura dos debates em torno da obra de E.P. Thompson. **Diálogos**, Maringá, v. 3, n. 3, p. 309-322, 1999.
- FICO, C & POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**. Ouro Preto: UFOP, 1994, 2v.
- HOBSBAWM, E. **Rebeldes Primitivos**: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JANOTTI, M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In FREITAS, M (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MORAES, J & REGO, J (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MÜLLER, R & MORAES, M. Pesquisa Social e Lógica Histórica: a atualidade de E. P. Thompson. **VI Congresso português de sociologia**, Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/623.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2011

PAOLI, M ; SADER, E & TELLES, V. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v.3, n.6, p.129-149, set. 1984.

PAOLI, M. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1987, v.1, p.53-101.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

RAGO, L. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Anos 90**. Rio Grande do Sul, PPGH-UFRGS, v. 1, n. 1, p.121-143, 1993.

RAMOS, I. **O messianismo acadêmico: redenção pela classe operária**. Londrina: UEL, 2009 (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 541 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

\_\_\_\_\_. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.

VAINFAS, R. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora da UFPR, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.